



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Verificação de Cessação de Funções de Juiz Substituto do Tribunal Constitucional n.º 06/2018, em que é requerente **Januária Tavares Silva Moreira Costa**.

# **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

## **ACÓRDÃO N.º 18/2018**

**(Relativo a requerimento de verificação de ocorrência que determina cessação de Funções de Juíza Substituta do Tribunal Constitucional)**

### **I. Relatório**

1. Por escrito de 25 de julho de 2018, que deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional no dia 26 do mesmo mês, a Senhora Dr<sup>a</sup> Januária Costa, na qualidade de Juíza Substituta do Tribunal Constitucional, requereu, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 43º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro (adiante «LTC»), a verificação da cessação das suas funções no Tribunal Constitucional.
2. Como fundamento, a requerente alegou o facto de *«ter aceite desempenhar o cargo de Juiz do Tribunal de Justiça da CEDEAO»*, acrescentando ainda, de seguida, que o ato de posse estava agendado para o dia 31 de julho, em Lomé.
3. Mais referiu a requerente que, no exercício do novo cargo, passaria a residir fora do país, o que lhe impossibilitaria o exercício em simultâneo dos dois cargos.
4. Ao requerimento, a Veneranda Juíza Substituta deste órgão de justiça constitucional, fez juntar uma cópia da convocatória de S. E. o Presidente da Comissão da CEDEAO, Senhor Jean Claude Kassi Brou, no sentido de ela prestar juramento de entrada em funções na cerimónia de abertura da 53ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, a ter lugar no dia 31 de julho de 2018, em Lomé, República do Togo.

5. Posteriormente, a solicitação do Tribunal Constitucional, a Veneranda Juíza Substituta remeteu a este órgão de soberania, no dia 08 de agosto do presente ano, cópia da Decisão A/DEC.1/07/18 relativa à nomeação dos juízes para o Tribunal de Justiça da Comunidade, assinada pelo Presidente da Conferência e com data de 31 de julho de 2018.

6. O artigo 1º da Decisão estipula o seguinte: *«São nomeados na qualidade de Juízes do Tribunal de Justiça da Comunidade:*

*- Pela República de CABO VERDE:*

*Srª Januária Tavares SILVA MOREIRA COSTA*

*- Pela República de Costa do Marfim:*

*Sr. Gberi-Be OUTARA*

*- Pela República do GHANA:*

*Sr. Edward Amaoko ASANTE*

*- Pela República Federal da NIGÉRIA*

*Srª Dupe ATOKI*

*- Pela República da SERRA LEOA*

*Sr. Keikura BANGURA»*

7. O artigo 2º da citada Decisão precisa, nomeadamente, que o mandato dos juízes *«torna-se efetivo a partir da data da prestação do juramento perante o Presidente em exercício da Conferência».*

8. O artigo 3º da Decisão estatui, por seu turno, que ela *«entra em vigor a partir da sua assinatura pelo Presidente em exercício da Conferência».*

9. Feito este enquadramento, importa apreciar e decidir o requerimento.

## II. Fundamentação

10. A questão de fundo que aqui se coloca é se, perante os dados fornecidos e existentes se verifica a situação de facto referida na alínea c) do nº 1 do artigo 43º da LTC, isto é a aceitação pela requerente de lugar legalmente incompatível com o exercício das funções de juiz do Tribunal Constitucional.
11. Todavia, antes da decisão desta questão de fundo, convém apreciar os pressupostos subjetivos relativos à legitimidade do requerente e à competência do Tribunal para decidir do assunto.
12. Em relação à primeira questão, convém notar que, nos termos da Resolução da Assembleia Nacional nº 131/VIII/2015, de 23 de abril, a requerente foi eleita para desempenhar «o cargo de Juiz Substituto do Tribunal Constitucional», tendo tomado posse do mesmo aos catorze dias do mês de maio de 2015, juntamente com os Juízes efetivos do Tribunal Constitucional, em ato presidido por S. E. o Presidente da República. Tendo a requerente sido designada para desempenhar o alto cargo de Juíza do Tribunal da Comunidade (CEDEAO), é obvio que ela é parte legítima, já que tem um interesse pessoal e direto em requerer a verificação da situação de cessação de funções.
13. Quanto à competência do Tribunal, ela também não oferece quaisquer dúvidas, pois o nº 3 do artigo 43º da LTC prevê claramente que *«compete ao Tribunal Constitucional verificar a ocorrência de qualquer das situações previstas nas alíneas a), c) e d) do nº 1 ...»*; sendo que, no caso em apreço a questão colocada se reporta à alínea c).
14. Vistos os pressupostos subjetivos, designadamente a legitimidade da requerente e que o Tribunal Constitucional é órgão competente para decidir sobre a questão requerida, convém carrear os elementos que eventualmente denotem que a Veneranda Juíza Substituta aceitou um lugar (cargo) legalmente incompatível.

- 14.1. O artigo 42º da LTC determina que *«os juízes efetivos do Tribunal Constitucional ... têm o mesmo estatuto dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça, sem prejuízo do disposto na presente lei»*. Esta norma parece-nos aplicável, *mutatis mutandis* aos juízes substitutos do TC.
- 14.2. Ora, o nº 6 do artigo 215º da Constituição da República estatui que *«os Juízes do Tribunal Constitucional ... estão sujeitos às incompatibilidades dos demais juízes»*. Mais adiante, a Constituição da República regula genericamente as incompatibilidades dos juízes ao determinar que *«os juízes em exercício de funções não podem desempenhar qualquer outra função pública ou privada, salvo as de docência e de investigação científica de natureza jurídica, quando devidamente autorizados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial»*. Por seu turno, o Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei nº 1/VIII/2011, de 20 de junho, reproduz este preceito constitucional praticamente, no seu artigo 28º. Esta norma aplica-se também, obviamente aos juízes do STJ, aos quais os Juízes efetivos se equiparam, mas também aos Juízes Substitutos do Tribunal Constitucional que são chamados a substituir os Juízes Conselheiros efetivos nos casos de ausência ou impedimento, conforme dispõe o nº 4 do artigo 19º da LTC. Significa isto que também os Juízes Substitutos, que em qualquer momento podem ser chamados a substituir os juízes efetivos também não podem exercer outras funções públicas ou privadas, salvo as de docência ou de investigação científica de natureza jurídica. Ora, o cargo de Juiz do Tribunal da Comunidade é um cargo no âmbito de uma organização internacional exercido além-fronteiras. Ele não se integra nem no âmbito da docência, nem da atividade de investigação jurídica propriamente. Assim, ele é um cargo incompatível legalmente com o de Juiz substituto do Tribunal Constitucional.
- 14.3. A Decisão A /DEC.1/07/18 relativa à nomeação dos Juízes do Tribunal de Justiça da Comunidade (CEDEAO) dá conta como se viu de que a Senhora Dr<sup>a</sup> Januária Costa, Veneranda Juíza Substituta do Tribunal Constitucional, foi designada por ato da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO Juíza.

- 14.4. A mesma tomou posse no dia 31 de julho e prestou juramento de entrada em funções, conforme foi de resto transmitido por órgãos da comunicação social nacionais<sup>1</sup>.
- 14.5. Com a tomada de posse a ilustre magistrada judicial e Juíza Substituta do Tribunal Constitucional expressou a sua vontade inequívoca de exercer as suas funções como Juíza do Tribunal da Comunidade.
- 14.6. Nos termos do artigo 2º da Decisão citada, o mandato da ilustre magistrada judicial começou a partir do dia 31 de julho, data em que prestou juramento.
- 14.7. Nos termos do nº 11 do artigo 4º do Protocolo ( A/P.I/7/91) Relativo ao Tribunal de Justiça da Comunidade, *«nenhum membro do Tribunal pode exercer qualquer função política ou administrativa ou comprometer-se com qualquer outra ocupação de natureza profissional»*<sup>2</sup>.

### **III. Decisão**

Assim, a pedido da interessada, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, verificam, para os devidos efeitos e ao abrigo do disposto nº 3 do artigo 43º da LTC, que:

- a) A Excelentíssima Senhora, Dr<sup>a</sup> Januária Costa, Juíza Substituta do Tribunal Constitucional aceitou, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 43º, lugar legalmente incompatível com as suas funções de Juíza Substituta ao ser empossada como Juíza do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO);

---

<sup>1</sup> Cfr. Jornal «A Nação», nº 570, de 2 a 8 de agosto, de 2018, p. A2.

<sup>2</sup> Protocolo (A/P.I/7/91) : Relativo ao Tribunal de Justiça da Comunidade, emendado pelo Protocolo Suplementar A/SP.1/01/05, emendando o preâmbulo e os artigos 1º, 2º, 9º e 30º do Protocolo A/P.I/7/91 Relativo ao Tribunal de Justiça da Comunidade e o artigo 4º, § 1º da versão inglesa do citado Protocolo.

- b) As funções da Excelentíssima Senhora, Dr<sup>a</sup> Januária Costa, como Juíza Substituta do Tribunal Constitucional, cessaram.

Registe, notifique e publique.

Praia, 09 de outubro de 2018

Os Juízes Conselheiros

*Aristides R. Lima* (Relator)

*José Pina Delgado*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 10 de outubro de 2018.

O Secretário do TC,

*João Borges*